

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2024

A URBAN SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 37.899.196/0001-08 com sede na Avenida do Contorno, nº 2905, Sala 405, CEP: 30.110-915, Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG, por seu representante legal abaixo assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com base no artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, interpor oportuno e tempestivo.

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face decisão que declarou como vencedora do certame a empresa **VERNASCE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA**, CNPJ 34.775.521/0001-32, requerendo, inicialmente, a reconsideração da decisão ora recorrida; ou, subsidiariamente, que seja o presente recurso remetido à autoridade competente para julgamento, recebido no efeito suspensivo e, após os trâmites legais, conhecido e provido, na forma e para os fins legais, o que faz de acordo com os fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

I - DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO DO RECURSO

Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento do presente recurso, eis que atende a todas as disposições constantes no artigo 165 da Lei nº 14.133/2021 e do item 12.1.2 do edital.

A Recorrente manifestou, imediata e motivadamente, o seu interesse em recorrer da decisão que declarou a empresa **VERNASCE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA**, como vencedora na data de 19/03/2024, razão pela qual vem apresentar neste momento suas razões recursais.

Destarte, as razões recursais são indiscutivelmente tempestivas, porquanto apresentadas rigorosamente dentro do prazo legal, qual seja: 3 (três) dias úteis contados da manifestação do interesse em recorrer da decisão, findando-se em 22/03/2024.

Verificados o cabimento e a tempestividade do presente recurso, requer que seja conhecido e provido, em conformidade com as razões a seguir.

II - DOS FATOS

Trata-se de Recurso Administrativo interposto contra a decisão que habilitou a **VERNASCE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA** na licitação Pública nº 007/2024 na modalidade Pregão Eletrônico, promovida município de Bocaiúva Do Sul/PR, cujo objeto é contratação de empresa privada

para a prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, no perímetro urbano do município de Bocaiúva Do Sul/PR.

Na etapa de lances a **VERNASCE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA** ofertou o menor preço, restando declarada vencedora do certame. Contudo, ao analisar a proposta de preços apresentada pela Recorrida, a Recorrente constatou que a proposta é manifestamente inexequível em razão dos equívocos abaixo verificados.

Consoante o Edital de Licitação e em estrita observância ao disposto na Lei 14.133/2021, o órgão estimou o valor da contratação em R\$ 959.252,04 (novecentos e cinquenta e nove mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quatro centavos). Entretanto, a vencedora apresentou uma proposta no valor de R\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil), representando um desconto exuberante de 31,19% em relação ao valor estimado.

De tal modo, conforme consta no § 4º do artigo 59, que trata da desclassificação das propostas, "no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) dos valores orçados pela Administração".

À vista disso, seguindo um mínimo raciocínio aritmético, impossível conceder desconto que ultrapasse 25% do preço estimado pela administração quando da elaboração do orçamento, sob pena de imediata desclassificação da proposta.

A decisão de declarar vencedora a **VERNASCE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA**, mesmo diante de uma proposta inexequivelmente baixa, suscita sérias preocupações acerca da correta aplicação dos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e isonomia que devem nortear os procedimentos licitatórios. A ampla disparidade entre o valor ofertado e o valor estimado impõe uma análise criteriosa e aprofundada das circunstâncias envolvidas.

É de suma importância ressaltar que a inexecução do contrato devido à inexequibilidade da proposta representa um risco real para o órgão. A manutenção da decisão da comissão de licitação, com uma proposta notoriamente incompatível com a realidade do mercado, viola os princípios basilares da Administração Pública.

Reforçamos que não questionamos o direito da Vencedora de apresentar uma proposta com preços competitivos. No entanto, o desconto apresentado é tão substancial que levanta dúvidas legítimas quanto à capacidade da empresa de cumprir as obrigações contratuais sem prejudicar a qualidade do serviço e o atendimento adequado às necessidades do órgão.

O renomado autor José Cretella Júnior oferta a seguinte lição a esse aspecto:

"Preços inexequíveis, por sua vez, são, ao contrário dos excessivos, os fixados em menor valor do que os constantes no mercado, indicando que o proponente não terá condições de cumprir o contratado se vier a ser vencedor, podendo abandoná-lo ou ser levado à ruína econômica. Em qualquer das hipóteses, a Comissão deve desclassificar a proposta, motivando a rejeição. Em suma, as propostas que não atendem às exigências do edital, por serem desconformes com o que foi fixado ou as que contiverem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis serão desclassificadas. (CRETELLA JÚNIOR, José. Das licitações públicas. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 303).

Aferir a exequibilidade das propostas trata-se de ato administrativo imprescindível para minimizar riscos de uma futura inexecução contratual já que o particular, ao apresentar proposta com preços muito baixos, pode estar assumindo obrigação que não poderá cumprir, bem como para tutelar valor juridicamente relevante, qual seja, o de que as atividades econômicas sejam lucrativas, promovendo a circulação de riquezas no país. 18. Saliente-se que a Administração tem o dever de cuidar da coisa pública. Isso significa dizer que deve ser utilizada a solução mais oportuna e eficiente de forma a prevalecer a melhor gestão dos recursos públicos. Portanto, desclassificar a **VERNASCE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA**, é medida que se impõe.

De um lado, o princípio da seleção da proposta mais vantajosa art.11 da lei 14.133/2021, faz pairar a equivocada percepção de que quanto menor o preço obtido na licitação, maior será a vantagem para a Administração. Por óbvio, tal entendimento não merece prosperar.

Se o preço baixo for obtido à custa da segurança da execução do contrato, só o risco de inexecução ou o de execução irregular, já faz desmoronar a vantagem que se pensava ter obtido. Assim, em contraponto ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa, emerge o princípio da indisponibilidade do interesse público e tal, exige do Gestor os cuidados necessários a fim de que, a um só tempo, possibilite ampla margem de competição entre os interessados na oportunidade de negócio colocado em disputa, como também, as necessárias garantias para que o contrato seja executado com o nível de rendimento e qualidade desejado.

Em análise minuciosa a planilha fornecida, identificamos uma discrepância no cálculo do percentual de insalubridade para os cargos de Motorista e Coletor. Mais especificamente, notamos que a insalubridade atribuída ao Motorista está indicada como R\$ 564,80, quando na realidade deveria ser R\$ 878,40, e a insalubridade dos Coletores foi informada como R\$ 564,80, quando o valor correto seria R\$ 679,20.

Os cálculos corretos do percentual de insalubridade são os seguintes:

Para o Motorista: 40% sobre o salário base de R\$ 2.196,00, totalizando R\$ 878,40.

Para os Coletores: 40% sobre o salário base de R\$ 1.698,00, resultando em R\$ 679,20.

FUNÇÃO:	PISO:
Motorista Carreteiro	R\$ 2.769,00
Motorista de Truck	R\$ 2.196,00
Demais Motoristas	R\$ 2.046,00
Motorista de Malote	R\$ 2.329,00
Operador de Empilhadeira	R\$ 1.854,00
Conferente de carga e operador de logística	R\$ 1.854,00
Vigia ou Guardião	R\$ 1.747,00
Auxiliar de Escritório	R\$ 1.698,00
Ajudante de Motorista (Auxiliares de trans- porte, coletador, entregador, carregador e movimentadores de mercadorias).	R\$ 1.698,00

Ressalto que esses erros têm impacto direto no valor da proposta, uma vez que afetam o preço unitário por profissional, o índice de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e, conseqüentemente, o valor global da planilha de custos.

Tendo em vista as irregularidades e seu impacto direto no processo de seleção, solicitamos a desclassificação da concorrente **VERNASCE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA**. Entendemos que tais erros comprometem a lisura e a transparência do processo licitatório e desrespeitam as diretrizes estabelecidas no edital.

III - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a **URBAN SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA** o conhecimento do presente Recurso Administrativo para reformar a decisão administrativa que declarou vencedora a **VERNASCE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA** em atendimento aos princípios norteadores do certame licitatório, em especial aos princípios da legalidade e do interesse público, devido a proposta manifestamente inexecutável.

Ad argumentandum tantum, caso seja julgado improcedente este recurso, roga que o Nobre Pregoeiro se digne submeter este instrumento à análise da Autoridade Superior.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Bocaiuva do Sul- PR, aos 22 dias do mês de março de 2024.

JEAN CARLOS
GUIMARAES:409193231
20

Assinado de forma digital por
JEAN CARLOS
GUIMARAES:40919323120
Dados: 2023.11.10 12:57:34 -03'00'

URBAN SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

CNPJ N° 37.899.196/0001-08

JEAN CARLOS GUIMARÃES

RG: 1717468-PC/GO

CPF: 409.193.231-20

Proprietário